



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 1

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 29^a Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 34, de 2011, da CRA, aprovado no dia 4 de agosto de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, Requerimento nº 37/2011– CRA e Requerimento nº 38/ 2011 – CRA, aprovados também em 4 de agosto de 2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Humberto Costa e Renan Calheiros, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre as denúncias vinculadas pelo programa Fantástico, da Rede Globo, no último dia 24 do corrente, que tratavam da venda irregular de lotes do Incra destinados à reforma agrária e sobre assuntos relacionados às suas pastas, com a presença do Dr. Afonso Florence, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA, a quem dou as boas-vindas, e do Dr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a quem também dou as boas-vindas.

Ambos fazem um excelente trabalho à frente de suas pastas, junto com a nossa Presidenta Dilma, sempre trabalhando em conjunto com o Senado, através da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Por várias vezes, Sr. Ministro, nós já recebemos a sua equipe para discutirmos assuntos importantes para o nosso País. V. Ex^a também já esteve conosco para debatermos o que é importante para o desenvolvimento agrário no nosso País.

Portanto, passo a palavra ao Ministro Afonso Florence, que terá vinte minutos para fazer sua explanação. Se houver algum acréscimo, não há problema.

Muito obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, quero saudar o Senador Cyro e, na sua pessoa, todos os Senadores e Senadoras da Comissão e demais presentes, agradecer o convite ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à autarquia Incra, a ele vinculada, para se fazerem presentes a esta Comissão para fins dos esclarecimentos sobre as denúncias apresentadas no programa Fantástico, da Rede Globo, e demais esclarecimentos solicitados no convite. Quero saudar também o Presidente Celso, do Incra, e, na sua pessoa, todos os profissionais diretores do Incra aqui presentes, colegas do MDA e demais colegas do Governo.

Rapidamente, Senador, eu e o Presidente Celso dividimos a nossa apresentação. Para dar complementariedade a ela, vou tratar, no que diz respeito ao convite, das informações mais gerais e o Presidente Celso apresentará os



resultados mais imediatos com relação à solicitação de informação específica sobre a denúncia do Fantástico.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Presidenta Dilma lançou, recentemente, em parceria com o MDA e com os governos estaduais, o Plano Safra 2011/2012 e o Brasil sem Miséria.

O nosso foco de apresentação se atém a essas dimensões da política nacional.

(Próximo, por favor.)

Primeiro, é importante sempre divulgar... O Brasil, Senador Cyro, tem uma pujante economia na agricultura familiar. A agricultura familiar representa mais de 4,3 milhões de unidades produtivas rurais. No Brasil, nós temos, aproximadamente, cinco milhões e fração. São 84% do número de estabelecimentos, 24% da área em produção, 10% do valor do Produto Interno Bruto, 38% do valor bruto de produção agropecuária. A agricultura familiar – e aí nós estamos nos referindo à legislação vigente, a 11.326: assentados e assentadas de reforma agrária, populações tradicionais, agricultores familiares tipicamente caracterizados, quilombolas, marisqueiras, pescadores... Somos 38%, quase 40% da produção agropecuária brasileira, do agronegócio brasileiro, no sentido etimológico da palavra, a produção agrícola. Somos 74% da mão de obra ocupada no rural, que perfazem um total de 12 milhões e 300 mil pessoas, 87% da mandioca na produção nacional, 70% do feijão, 46% do milho, 59% da produção dos suínos, 58% da produção do leite, 50% da produção das aves, 38% do café, 34% do arroz, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% da soja.

Nós estamos presentes em 98% dos Municípios. São 16 bilhões do Plano Safra para 2011/2012, e esses 16 bilhões, em melhores condições de contratação, Senador Acir, do que nas safras anteriores. Nós reduzimos juros de investimento tanto até R\$10 mil, prevalecendo os juros de 1%, como investimentos acima de R\$10 mil, os juros de 2%. Todas as linhas do Pronaf ganharam incremento de teto, incremento de valores, portanto, e redução da taxa de juros de investimento.

Então, nós temos uma ampliação do limite de crédito no Pronaf B, que agora vai para três contratações, 7,5 mil, mantendo os juros de 0,5% e o rebate de 25%. O Pronaf Agroindústria tem um incremento de 30 para 50 mil nos financiamentos individuais e de 20 para 30 mil no limite individual de crédito para sócios e associados. Temos também uma melhoria no Pronaf Agroecologia, muito importante porque nós vamos, um aumento do limite de financiamento de 50 para 130 mil. Também no Pronaf Floresta, que tem um aumento do limite de financiamento, que passa a vigorar para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Pronaf Semiárido e o Pronaf Jovem também ganham um aumento do limite de financiamento aqui, nesse caso, de 10 para 12 mil. O Pronaf Eco também tem um aumento do limite de financiamento, aqui, nesse caso, de 6,5 para 8 mil por hectare, limitado a 80 mil por beneficiário. No Pronaf Cota Parte,



que é o Pronaf para industrialização por cooperativas também tem um aumento importante do limite de crédito individual, de 5 para 10 mil, e um aumento do limite de crédito por cooperativa de 5 milhões para 10 milhões. Ou seja, estamos criando condições mais propícias de contratação do Pronaf para as cooperativas.

Na linha Mais Alimentos, nós temos êxito expressivo durante seu período de funcionamento. Ela tem um financiamento para projetos individuais de até 130 mil e, para projetos coletivos de até 500 mil. A taxa de juros é de 2% ao ano, com três anos de carência e dez anos para pagar com juros agora de 1% nas operações até R\$10 mil.

Estamos também contratando um Pronaf Mais Alimentos África. Temos um programa de oferta de cooperação internacional e estamos disponibilizando Mais Alimentos para dois países já na África, Gana e Zimbábue, com a comercialização de máquinas de fabricação nacional.

Em 2010, foi aprovada a Lei de Ater e, a partir de agora, todas já, as vigentes, todos os contratos de Ater decorrem de chamadas públicas. Nós tínhamos uma dotação orçamentária para 2011 de R\$149 milhões, que já estão todos em processo de execução, liberando o financeiro a partir da prestação de contas.

No Plano Safra 2011/2012, nós estamos com uma previsão de ampliação do atendimento com foco na agroindústria, nas cooperativas, para o aperfeiçoamento da gestão para comercialização, buscando atingir a oferta de serviço a 200 mil famílias. Estamos ampliando e qualificando os serviços para 150 mil famílias beneficiárias do crédito rural e estamos buscando atender 10 mil jovens rurais.

Também, Senador Acir, nós aperfeiçoamos o seguro agrícola. Ele é fundamental para que o agricultor enfrentando intempéries tenha um resarcimento que permita a continuidade da sua atividade produtiva.

Além do aperfeiçoamento do seguro da agricultura familiar, temos o Pgpaf, que cobre os financiamentos do Pronaf contra oscilações de preços.

Temos para a região semiárida o Garantia Safra, agora com ampliação do valor de cobertura para a safra 2011/2012, atingindo R\$680,00 por família.

A partir do Plano Safra 2011/2012, passaremos a contar com a PGPM da agricultura familiar. A Presidenta Dilma já enviou o projeto de lei ao Congresso, propondo alteração do PPA e alteração da LOA, disponibilizando 300 milhões de reais para regulação de preços de produtos oriundos da agricultura familiar, através de um programa de preços mínimos para agricultura familiar.

Também estamos ampliando a disponibilização de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos. O orçamento para 2011 está de 793 mil reais.



As modalidades de Formação de Estoque, de Compra Direta, de Doação Simultânea e PAA Leite experimentam incremento de recursos para 2011.

Com relação ao Pnae, estamos buscando ampliação do limite de venda anual de 9.600 para 20 mil por agricultor familiar. Com isso, propiciaremos que agricultores e agricultoras tenham incremento da sua renda através da comercialização para merenda escolar dos Municípios. A legislação federal já prevê que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Alimentação Escolar devem ser aplicados pelas prefeituras através da aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Hoje, temos uma contabilização, que esperamos se amplie a cada dia, de 2.697 Municípios que já preenchem os requisitos da legislação vigente.

Com relação à política de reforma agrária, temos uma orientação da Presidenta Dilma de aprofundar a política da reforma agrária, sintonizando-a ao novo momento que o País cresce de desenvolvimento e de distribuição de renda. Nós temos convicção da importância da política de reforma agrária para o combate à pobreza, especialmente nas regiões economicamente mais deprimidas. Os resultados nos assentamentos consolidados provam que, em sinergia com a dinâmica econômica regional e com a produção da agricultura familiar, assentados e assentadas contribuem para a produção de alimentos para um país que cresce, distribui renda e garante segurança alimentar para seu povo. Além disso, a reforma agrária é, para nós, um instrumento de garantia da estabilidade demográfica da população no rural brasileiro e de promoção de paz no campo. Por isso, nós temos uma orientação de incremento na política de desenvolvimento dos assentamentos, tanto nos recentes quantos nos que já preexistiam.

Promovemos um processo também de regularização fundiária de posses em terras públicas, com a busca da destinação legal dessas terras, em particular na Amazônia Legal. Temos 92.523 ocupações rurais cadastradas. Nós temos o programa Terra Legal com uma série de resultados, obviamente parciais, mas todos dentro do cronograma original. São já 16.165 imóveis georeferenciados, são 60 núcleos urbanos já doados em 38 Municípios, beneficiando, Senador Acir, 292.544 famílias. Nós titulamos a cidade inteira, remetemos à prefeitura a escritura e, a partir daí, a prefeitura pode fazer o programa de regularização urbana. Então, é um programa de grande envergadura e muito importante para o desenvolvimento regional, para a paz no campo, para a regularização fundiária e para a contratação de políticas públicas nas cidades, em toda a região da Amazônia Legal.

Temos também o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que dispõe de uma modalidade de combate à pobreza. Ele atende a trabalhadores rurais com renda familiar anual de R\$9 mil e um patrimônio inferior a R\$ 15 mil. Esse programa, que também tem resultados muito expressivos, tem uma



importância estratégica muito grande, porque propicia – digamos – uma política que se soma à política de obtenção desenvolvida pelo Incra. Ele é coordenado, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela Secretaria de Reordenamento Territorial.

Todas as nossas políticas têm uma componente etária, buscando garantir a sucessão no campo – esse também –, e uma política de gênero, buscando a organização econômica das mulheres. Temos um importante programa de política de gênero, de política afirmativa. Estamos aprofundando esse programa na safra 2011/2012. Estamos garantindo 5% dos recursos do PAA para aquisição de alimentos oriundos de organizações compostas, dirigidas 100% por mulheres. Estamos disponibilizando, também, percentuais de 30%, 40% naquelas modalidades de programas de aquisição de alimentos, formação de estoque, compra direta e distribuição. Estamos ampliando para R\$3 mil o valor do crédito de apoio à mulher, para promover a inserção de mulheres na dinâmica produtiva e econômica de assentamentos. Estamos realizando milhares de mutirões, quatro mil mutirões, no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Estamos iniciamos esses mutirões, que têm uma sinergia bastante intensa com o Programa Brasil sem Miséria.

Vale ressaltar também que as políticas, até as chamadas públicas, invariavelmente, contemplam cotas para as mulheres.

No Brasil sem Miséria, a inclusão produtiva é a estratégia fundamental. Nós estamos concluindo a seleção de chamadas pública para contratação de empresas; selecionamos territórios de cidadania com base no calendário agrícola vigente no País. O propósito é incluir 255 mil famílias de agricultores e agricultoras em situação de extrema pobreza até 2014.

Na primeira visita, vamos construir um plano de estruturação produtiva da unidade produtiva rural. Esse extensionista não é apenas extensionista rural, é um agente de desenvolvimento. Com esse diagnóstico da família, ele desenvolverá uma estratégia de inserção social, regularização administrativa, providências de adequação das condições da família para a comercialização de seus produtos ou para a integração nas atividades de industrialização e de comercialização, seja para o PNAI, seja para PAA.

Na segunda visita, de acordo com o desenvolvimento das atividades estipuladas, previstas pelo extensionista ou pela extensionista, em parceria com a família, essa família terá acesso a um fomento, a ser aplicado na produção, no valor de três parcelas de R\$800,00 e terá também acesso à distribuição gratuita de sementes e insumos, sejam grãos, sejam mudas, de acordo com as características produtivas do território e da unidade produtiva. Então, a família poderá receber sementes adaptadas, desenvolvidas pela Embrapa, por exemplo, de milho e feijão, com orientação técnica e com a organização econômica para a comercialização da sua safra.



Além disso, no Brasil sem Miséria há uma série de outras ações desenvolvidas com a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, liderança da Ministra Tereza Campello, que tem sinergia com outros Ministérios. Por exemplo, o Programa Água para Todos prevê a construção de 600 mil cisternas no semiárido para as famílias beneficiárias do programa. No programa Luz para Todos, há previsão da oferta de energia elétrica para 257 mil famílias e, recentemente, através de uma medida provisória, foi estipulado o que tem sido chamado, popularmente, de Bolsa Verde, que tem o nome oficial de Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Paca, que prevê a remuneração de R\$300,00 para famílias de assentados e assentadas, de assentamentos diferenciados que preservem os recursos naturais.

Tanto no fomento quanto no Bolsa Verde, o repasse tem como referência operacional o cadastro do Bolsa Família e o uso do cartão desse importante programa que também experimentou um processo de incremento nos seus vários itens, particularmente para as populações da faixa da extrema pobreza. Merece destaque a ampliação do direito ao benefício de três para cinco filhos por família, o que prevê o atendimento de mais de um milhão de crianças e jovens.

Por último, eu gostaria de destacar os instrumentos de controle social e transparência disponibilizados pelo Ministério. Nós temos os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que executam um processo de credenciamento das empresas, das cooperativas que concorrem nas chamadas públicas e que avaliam os projetos de investimentos dos territórios. A execução das rubricas do MDA tem uma sinergia com os territórios da cidadania ou com os territórios de identidade. Os colegiados territoriais são compostos de gestores municipais, produtores associados, entidades da sociedade civil, e são esses Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável que coordenam a elaboração dos planos de desenvolvimento territorial.

Nós temos a disponibilização no *site* do MDA de todos os cadastros de beneficiários, de contratados, de contratadas por chamadas públicas, tanto do Garantia Safra, do Pronaf, do Terra Legal.

Esses instrumentos de controle social são presenciais como os conselhos estaduais, conselhos territoriais e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e os conselhos regionais territoriais e o conselho estadual, como nós temos os instrumentos virtuais disponibilizados no *site* do MDA. Nós temos ali o CPF do beneficiário, a localização da empresa contratada por chamada pública.

Para concluir, Senador Acir, quero saudar os Senadores Cassol, Cyro já havia saudado e o Senador Alvaro Dias, reiterar os agradecimentos que fiz pelo convite e me colocar à disposição para maiores esclarecimentos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro Afonso Florence, pela sua explanação.

Dando sequência, nós passamos a palavra ao Dr. Celso Lacerda, Presidente do Incra. O senhor dispõe de vinte minutos para fazer a sua explanação. Evidente que, se precisar de mais tempo, nós estaremos à disposição.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Bom dia, Senador Acir, bom dia aos demais Senadores, obrigado pela oportunidade, eu basicamente vou-me ater aos dois casos a que se referiu a denúncia do programa Fantástico, do dia 24 de julho passado – amanhã, praticamente, faz um mês que este programa foi veiculado –, e a gente vai fazer um cronograma da história desses dois assentamentos, as medidas e os acontecimentos que ocorreram nos dois, porque se deu a denúncia num assentamento chamado de Cumuruxatiba, no Município de Prado, na Bahia, e o outro assentamento, Jonas Pinheiro, no Município de Sorriso, em Mato Grosso.

(Próximo, por favor.)

O assentamento de Cumuruxatiba foi criado em 1986. Foi criado, não; a área foi desapropriada por um decreto de dezembro. É bom lembrar que esse assentamento, se fosse com os normativos de hoje, não seria criado, porque não se permite mais criar assentamento em área litorânea. Então, ele só foi criado, à época, porque a legislação era mais flexível, era mais abrangente e permitia criar. O assentamento está numa região turística, e, consequentemente, há uma forte pressão de ocupação desse território, principalmente nessa faixa litorânea, por turistas, para dar uma destinação turística a essa área. Enfim, foi decretada essa área por um decreto presidencial de 1986, e foi criado o projeto de assentamento em maio de 1987, com uma área de 4.255 hectares para 169 famílias.

(Próximo, por favor.)

Em 2001, esse projeto de assentamento foi consolidado. O que é o processo de consolidação? A partir da hora em que o Incra faz a titulação de 50% mais um das parcelas dos lotes ou dos assentados, o projeto de assentamento já é considerado consolidado e o Incra não realiza mais investimento nesses projetos. Só que, até o momento de esse título ser liberado das cláusulas resolutivas, ele ainda continua sob a responsabilidade do Incra. Então, o que são cláusulas resolutivas? Primeiro, ele tem que pagar pelo título e, segundo, tem que cumprir cláusulas, como cumprir a legislação ambiental; não transferir o imóvel ou aliená-lo. E foi o que aconteceu. Apesar de esse projeto de assentamento estar titulado, digamos assim, e consolidado, ele não estava liberado das cláusulas resolutivas.

Em 2003, através de denúncias que o Incra recebeu de venda de parcelas e de desvio de recursos públicos que tinham sido aplicados ali, foi instaurada uma sindicância para apurar essas irregularidades, e a sindicância



concluiu pela necessidade de fazer um levantamento ocupacional nesse assentamento para conferir, obviamente, se os lotes ou essas famílias estavam cumprindo as cláusulas resolutivas dos títulos.

(Próximo, por favor.)

Em 2005, esse levantamento foi iniciado, foi feito, inclusive com a participação conjunta da Polícia Federal, e foram identificados ocupantes irregulares, o que possibilitou a abertura de processos administrativos individuais, visando à retomada desses lotes ocupados irregularmente.

Em 2007/2008, exauridas as tentativas administrativas de retomada desses lotes, porque, obviamente, a gente tem que garantir o amplo direito de defesa – não é um processo tão simples –, aí, sim, foram ajuizadas pela Procuradoria do Incra na Bahia 33 ações de reintegração de posse que se encontram até hoje em juízo, ainda sem sentença. Foram os casos que apareceram naquela reportagem, como o caso do fotógrafo, que é um comprador, com denúncias inclusive de supostos laranjas que compram lote. Isso não caracteriza, efetivamente, um problema sério, porque, sendo laranja ou sendo um suposto comprador e ocupando o lote irregularmente, ele vai ter o lote reintegrado o qual não vai ser regularizado pelos normativos que existem hoje aí.

Em 2009/2010, em decorrência de novas denúncias acusando a participação inclusive de servidores do Incra nas vendas de lotes, o Presidente do Incra instaurou um processo administrativo disciplinar. Esse processo concluiu pela inocência dos servidores, pois ficou provado, nesse processo, que a venda dos lotes foi negociada diretamente entre os compradores e os assentados. Então, aquela denúncia que apareceu do servidor Ruberval delatando outros servidores do Incra, inclusive sem nominar, já tinha sido feita, em 2009, e já havia sido apurada. Decorrente desse PAD, o Incra concluiu por uma nova realização de levantamento ocupacional nesse projeto de assentamento, além daquela que havia sido feita em 2005, e foram abertos mais 42 processos. Esse trabalho também vem sendo conduzido junto à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal.

(Próximo, por favor.)

Dia 24 de julho, foi veiculada a matéria do *Fantástico* que mostrou exatamente os quadros aberrantes de pessoas que não podem ser beneficiadas da reforma agrária com lotes, e se conclui justamente porque aquelas parcelas, aquelas unidades que ficam na beira da praia são áreas muito visadas para turismo, e obviamente existe uma pressão de quem tem dinheiro, e acaba esse assédio sobre os assentamentos. Os assentados mais mal instruídos, ou alguns casos mal intencionados, acabam querendo ganhar dinheiro com essa prática ilegal. Mas, a partir da denúncia, o Incra, aqui da sede, eu, pessoalmente, como Presidente, solicitei da Superintendência que se apurassem as denúncias e,



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 9

obviamente, informações mais detalhadas, para que pudéssemos tomar as medidas que fossem necessárias e cabíveis.

O servidor Roberval Costa Gomes, que fez as denúncias e que aparece na reportagem denunciando servidores de envolvimento nesse processo, foi notificado para apresentar nominalmente os servidores que estariam envolvidos e de que forma estariam cometendo irregularidades e, decorrente dessa resposta, está sendo instalado um procedimento investigatório que vai apurar, obviamente, se têm fundamento as denúncias ou não.

Este é um breve relato do projeto de assentamento como uma iniciativa da Bahia.

(Próximo, por favor.)

Aqui estão relacionados exatamente os nomes das pessoas que apareceram no programa, no *Fantástico*, e que diretamente já estão com processos sejam de reintegração de posse, sejam processos, inclusive, arrolados pelo Ministério Público e pela Polícia Federal como crime. Mas, enfim, existe toda a apuração, está todo mundo diagnosticado e os procedimentos cabíveis estão em curso.

(Próximo, por favor.)

Bom, assentamento do Mato Grosso, aquele assentamento de Sorriso, que foi anunciado, o projeto de assentamento de Jonas Pinheiro. Este assentamento foi criado em 2001, para 271 famílias, e teve o seu transcurso normal. Em 2011, depois de denúncias, em julho já, um pouco antes dessa matéria, a Superintendência do Incra no Mato Grosso deflagrou um levantamento ocupacional decorrente de denúncias e, do total de 54 lotes com denúncias de irregularidades, 28 foram vistoriados, e se detectou ocupação irregular em 20 dos 28. Esses 20 já foram notificados. Há um procedimento, que é normativo, em que o Incra, detectando alguma irregularidade, notifica o ocupante e dá um prazo normalmente de 15 dias para esse ocupante apresentar sua justificativa, o porquê dele estar cometendo alguma irregularidade, ou, se é um ocupante irregular, o porquê dele estar ocupando esse lote. Essa justificativa é analisada no âmbito técnico e jurídico e, não acatada a justificativa, ele é notificado e é dado um prazo para se retirar, que pode ser de até 30 dias, administrativamente. Não se retirando, não desocupando o lote, obviamente o Incra vai às vias judiciais, com a solicitação de reintegração de posse.

(Próximo, por favor.)

Desculpe, é esse daí mesmo.

A denúncia foi feita dia 24 de julho, pelo programa, como o da Bahia. As denúncias ocorreram por parte de um suposto comprador e por parte até de um presidente de um sindicato local. Eram denúncias de que havia um servidor do Incra supostamente recebendo dinheiro para facilitar compra e venda de lote, que é o servidor Leonor Silva Santos. Então, as medidas que tomamos por aqui são que solicitamos informações detalhadas lá da



Superintendência, determinamos a instauração de procedimento de investigação, e esse servidor denunciado, que era o subchefe da unidade avançada de Diamantino, que atende aquela região de Sorriso, foi exonerado imediatamente e retirado de uma ordem de serviço de que constava como membro, justamente a ordem de serviço que determinava o levantamento ocupacional desse assentamento. O Incra já está abrindo um procedimento investigatório para apurar efetivamente se ele está envolvido no recebimento de recursos para facilitar a venda de lotes, e continuamos com o trabalho de notificação dos ocupantes irregulares, para buscar essa retomada de lotes. Então, sobre esses dois assentamentos, basicamente são essas informações. Quer dizer, do ponto de vista legal, o que era possível fazer para sanar essas irregularidades já foi feito.

Só queria dar um panorama geral, muito rapidamente, de que temos hoje, no Brasil, um pouco mais de 924 mil lotes, unidades familiares, lotes ou famílias assentadas. Nesses últimos 10 anos, retomamos mais de 100 mil lotes. Desses, 36 mil foram objeto de compra e venda irregularmente, e o restante é de outras irregularidades, como por exemplo não cumprir com o contrato de concessão. O assentado tem que morar na parcela, tem que explorar individualmente, não pode arrendar. Há casos de retomada que são por conta de arrendamento, casos em que o cidadão assentado não mora lá, vai morar na cidade e, muitas vezes, têm cláusulas que ele tem que cumprir. As retomadas se referem ao não cumprimento de cláusulas, esgotada a possibilidade que se dá para esse agricultor, para essa pessoa sanar essas irregularidades, não sanando, buscamos a retomada e a destinação para uma outra família de sem-terra, e estamos intensificando essas ações nos últimos anos, inclusive com campanhas.

Temos um material aqui e depois podemos distribuir, publicamos cartilhas e cartazes com vários slogans de *Venda de Lote é Crime*, um pouco mais agressivo, para poder intimidar, inclusive, quem tem interesse em comprar e, às vezes, alguma pessoa de má-fé que quer vender. Temos slogans para conscientizar mais no sentido da perspectiva de futuro de um assentado, que foi um material que produzimos com o slogan de *Futuro Não se Vende*, conscientizando o assentado de que talvez seu futuro esteja naquela parcela de terra que ele recebeu e, por isso, ele não pode se iludir em vender, querendo ganhar dinheiro.

Então, estamos intensificando cada vez mais, nesses últimos anos, um trabalho de conscientização no sentido de coibir a prática de venda de lotes. Isso tem dado resultado, isso vem diminuindo, já é um trabalho de moralização em que temos tido sucesso. O material já foi entregue aqui, depois posso distribuir. Trouxemos praticamente só um exemplar aqui.

Então, avaliamos aqui 36 mil retomadas por compra e venda, de um contingente de mais de 900 mil. É um volume de irregularidades



significativas, mas não é uma situação muito alarmante. Casos como esse da Bahia a gente sabe que isso se dá por haver um assentamento criado numa área imprópria, numa região muito valorizada do ponto de vista do turismo, o que leva consequentemente a esses problemas.

Eu queria encerrar dizendo que a gente tem consciência de que existe uma rotatividade nos projetos de assentamento e de que ela é absolutamente normal, natural. Não há nada de anormal na rotatividade que a gente trabalha. Inclusive, quando a gente cria um projeto de assentamento, a gente está criando uma comunidade rural de maneira artificial. Então, até que as relações sociais se estabeleçam nessa comunidade, existe uma certa rotatividade, e ela é natural, e os números comprovam isso. No início, nos primeiros três, quatro anos de um projeto de assentamento, a rotatividade é um pouco maior. Depois, ela começa a se estabilizar, e, em muitos casos, começa a, por anos e anos, ser zero.

Então, agora, o que precisa é essa troca, transição de uma família para outra ser feita de maneira regular. O beneficiário tem que comunicar ao Incra, que faz um vistoria no lote. Se houver benfeitorias a mais do crédito que ele recebeu, ele tem direito a ser indenizado por essas benfeitorias. E ele pode ir embora, e outra família ocupa o lote. Isso tem acontecido. Mas a prática efetiva de compra e venda em regiões mais valorizadas é proibida, é crime, e a gente tem coibido isso com muita firmeza, no sentido de dar mais moralidade e transparência para esse processo.

Em princípio, é isso, Senador Acir. Eu teria muitas coisas e muitos números para apresentar, mas eu prefiro apresentar pontualmente esses dois casos, e a gente fica à disposição, se houver algum questionamento, para responder aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso Lacerda, pela sua explanação.

Passamos, agora, à fase de interpelação, prevista no inciso X do art. 398.

Como autor, eu passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que é autor do requerimento, PSDB do Paraná.

V. Ex^a tem cinco minutos, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente.

Presidente Acir, convidados, Ministro, Presidente do Incra, Ministro Afonso Florence e Presidente Celso Lisboa de Lacerda, muito obrigado pela aceitação ao convite desta Comissão.

Esse absurdo tem mais de 20 anos. Portanto, não nos cabe imputar qualquer responsabilidade aos dois convidados. Realmente um absurdo que o governo possa distribuir áreas com apelo turístico num programa de reforma agrária.



Se essa moda pegasse, nós teríamos, Presidente Acir, além do MST, nós teríamos o MSP, o Movimento dos Sem Praia, e certamente esse movimento cresceria muito e teria uma enorme adesão.

Infelizmente, temos que constatar a existência desse absurdo. Já que as providências foram adotadas em relação às denuncias, à venda dos lotes, me parece que o Governo está tomando todas as providencias, cabe-me apenas indagar do Ministro ou do Presidente do Incra se o Governo não estuda a hipótese de retomar essa área, deslocando os assentados para áreas agricultáveis, a fim de que o Governo possa valer-se dessa área num projeto turístico, ou seja, dando a destinação correta. Eu imagino que as pessoas que lá estão não possuem aptidão para exercitar qualquer atividade voltada para o turismo, é provável eu isso possa ocorrer, tanto é que vendem os lotes à primeira oferta.

Enfim, talvez fosse o caso de o Governo estudar a hipótese de retomar essa área e deslocar os assentados para áreas agricultáveis onde eles pudessem desenvolver a prática agrícola.

Dito isso, vou aproveitar a presença de ambos para fazer algumas indagações que nos remetem à CPMI da Terra, uma CPMI mista que tive a satisfação de presidir e pude visitar vários Estados brasileiros, conhecendo a realidade fundiária do País e até verificando as distorções existentes. Por exemplo, assentamentos inviabilizados, não só por alta de aptidão, muitas vezes. Parece-me que não há uma seleção das pessoas para distribuição das áreas. Desempregados urbanos, que não possuem aptidão para a atividade agrícola, muitas vezes se filiam ao Movimento dos Sem-Terra e acabam entrando na fila para a conquista de um pedaço de terra. Depois, verifica-se que não possuem aptidão para o trabalho rural e inviabilizam o seu assentamento.

De outro lado, é bom dizer que vimos também assentamentos em áreas, de certa forma, inóspitas, sem o apoio técnico, sem o financiamento para o plantio, sem financiamento para comercialização, sem infraestrutura adequada em estrada, sem a área social oferecendo condições de atendimento como educação, saúde. O que estou indagando é se houve uma reciclagem, da parte do Incra e do Ministério, no sentido de adotar providências para viabilizar economicamente esses assentamentos, evitando que se transformem em matagais, ou que os seus assentados procurem transferi-lo a terceiros, em função da impossibilidade de desenvolver a prática agrícola e inviabilizar economicamente o assentamento.

A outra questão diz respeito a desvios que foram verificados. Em convênios celebrados pelo Governo com entidades ligadas ao MST, como a Anca, a Concrab, o Iterra, no Rio Grande do Sul, nós verificamos desvios. Os recursos destinados para viabilizar assentamentos, por exemplo, foram aplicados com desvio de finalidade. Não foram aplicados de conformidade com o convênio. Então, a indagação que eu faço é se houve correção com relação a



isso, porque o que nós constatamos que não se exigia prestação de contas e não havia fiscalização e controle e, por isso, os desvios ocorriam. Não vou relatar aqui onde aplicavam esses recursos, mas aplicavam em várias modalidades de eventos e nunca no objetivo estabelecido através do convênio. O correto seria, inclusive, a interrupção do repasse dos recursos, mas isso não se verificou. O Governo continuou repassando os recursos, em alguns casos até aumentando os valores. A indagação que faço é se houve correção com relação a isso, de lá para cá.

Nós chegamos a verificar que os desvios ocorriam até na boca do caixa, a utilização dos chamados “laranjas”, para sacar recursos na boca do caixa.

O próprio Tribunal de Contas determinou que recursos fossem devolvidos à União. Então, é outra indagação: saber se realmente houve devolução dos recursos, se os cofres públicos foram resarcidos desses prejuízos.

Portanto, não vou abusar do tempo. Quero ficar apenas nessas indagações, mais uma vez agradecendo a presença e, relativamente ao fato pontual que justificou o convite, não há questionamento a fazer porque reconheço que as providências foram adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Passo a palavra ao Ministro Afonso Florence para fazer as suas considerações a respeito das palavras do Senador Álvaro Dias.

O SR. AFONSO FLORENCE – Quero agradecer ao Senador o seu pronunciamento, reiterar o agradecimento pelo convite e também aos Senadores recém-chegados Valdir Raupp e Walter Pinheiro.

Com relação ao assentamento Cumuruxatiba, Senador, o Presidente do Incra havia pontuado, ele já tinha sido, em 2001, categorizado como um assentamento em condições de ter uma destinação final. Ou seja, mais de 50% dos lotes já estavam com atividades produtivas estruturadas agrárias. Nem todos os lotes estão na zona digamos de interesse turístico, mas obviamente a sugestão será bem recebida no sentido de o Incra – e obviamente se o Presidente precisar fazer mais esclarecimentos – considerar essa hipótese. Afinal de contas, é fato que alguns desses lotes estão numa zona digamos assim privilegiada para a atividade turística.

Com relação aos fatos arrolados na CPMI, independentemente do resultado final de isenção de responsabilidade dos então gestores, vale registrar no que diz respeito a providências sugeridas referentes a devolução de recursos, muitas dessas providências exaradas pelo TCU, suspensão de repasses; a partir dos últimos anos, há o que poderíamos dizer, no bom sentido, um recrudescimento fiscalizatório dos órgãos de controle, do poder legislativo da imprensa, bem recepcionado pela sociedade brasileira, pelo Governo Federal e



pelo MDA em particular. Há em curso um conjunto de providências nesse sentido no MDA muitas cotejadas pelas respectivas CPIs aludidas pelo Senador. Houve entidades que foram instadas a devolução de recursos, houve convênios submetidos a auditoria do TCU, muitos ainda se encontram sob o curso de auditoria do TCU, o controle interno do MDA, que é da CGU, também tem regularmente auditado convênios. Então, poderíamos dizer que é possível fazer um balanço oportunamente obviamente pormenorizado, mas é possível fazer um balanço positivo no sentido do recrudescimento fiscalizatório da sociedade brasileira em geral sobre gestão pública e gasto público, mas em particular sobre esses instrumentos em execução pelo MDA/Incra. Em algumas áreas, merece destaque a área da assistência técnica: depois da lei vigente de até, todos os serviços são prestados por meio de contratos por seleção pública.

No que diz respeito ao desenvolvimento, e antes do desenvolvimento as características dos assentamentos, o INCRA – e sob esse aspecto o Presidente Lacerda pode eventualmente considerar conveniente acrescer informações –, mas o Incra/MDA vem desenvolvendo e brevemente apresentaremos um modelo de política pública de reforma agrária que busca ressignificar esse instrumento que é da sociedade brasileira, do Estado brasileiro.

Todos os governos que passaram no Brasil nas últimas décadas, tiveram a reforma agrária como uma atribuição legal de entes públicos da união. Entre nós é consensual a necessidade de paz no campo, de estabilidade demográfica rural, de produção de alimentos para um país que cresce, que demanda alimentos para a segurança alimentar do seu povo, seja nas cidades de grande porte, seja nas regiões metropolitanas, seja nas cidades de médio porte ou cidades pequenas. A produção de alimentos hoje no Brasil, conforme foi apresentado aqui, 70% dela, segundo dados do IBGE, do censo agrícola, é oriunda da agricultura familiar; e, dentro da agricultura familiar, segundo a Lei 11.326, estão assentados de reforma agrária. O senhor, Senador Álvaro Dias, bem disse isso. Suas ponderações vão no sentido de alguns procedimentos com os quais nós estamos trabalhando.

Os assentamentos de reforma agrária têm que considerar a dinâmica econômica regional. Elas têm que ter uma sinergia com a dinâmica econômica regional. Não podemos assentar famílias em regiões distantes da infraestrutura necessária à produção, à industrialização, à comercialização. Precisamos fazer uma boa seleção. Precisamos assentar famílias com vocação para a produção agrícola. Precisamos considerar a aptidão agrícola, a aptidão pecuária, a disponibilidade hídrica, um conjunto de variáveis, e o Incra vem desenvolvendo um modelo, com a participação do MDA, que nós vamos apresentar oportunamente para debate, porque temos convicção de que a reforma agrária de que a sociedade brasileira precisa está em condições de ser feita dentro desse novo período em que ingressamos, um país que é um



potencial agrícola de produção de grãos, que a exportação de grãos cumpre um papel importante no equilíbrio da nossa balança comercial e que a produção de alimentos cumpre um papel importante, digamos assim, no equilíbrio econômico e social interno do País.

E a justiça fundiária, o acesso á terra para as famílias que nela vão morar e trabalhar é um dos componentes desse novo momento que o Brasil vive. Portanto, estamos em curso. Já as providências deste ano levam em consideração esses novos indicadores. Estamos executando toda a dotação orçamentária prevista no Orçamento de 2011 de obtenção de terra considerando essas variáveis, e o Incra vem, sob a orientação do Presidente Celso, efetivando ações nesse sentido. Obviamente, uma formulação sistêmica. Estamos nos primeiros sete meses de governo. Teremos oportunidade, num futuro muito próximo, de debater.

Com isto, Presidente Gurgacz, considero ter respondido à interpelação feita pelo Senador Alvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro.

Também como autor do Requerimento, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer a presença do Sr. Celso Lacerda, Presidente do Incra, e do Ministro Afonso Florence, do MDA, e até creio que, da mesma forma que para o senhor, para tantos outros Senadores, lamentavelmente, hoje virou uma manhã de verdadeira maratona, Ministro Afonso. Nós estamos desde oito e meia na Comissão de Direitos Humanos, numa audiência sobre as ações de combate á corrupção. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, são doze palestrantes. Nós dividimos em mesas de quatro e estamos nos dividindo. Além disso, estamos com o Ministro Guido Mantega na CAE, com sabatina na CI, ainda temos o Ministro Pedro Novais... Hoje, na Casa, são quatro Ministros e à tarde... Então, estamos nos dividindo. Até o Senador Humberto Costa, que também teria ficado escalado para vir para cá para acompanhar, está acompanhando outra frente e me pediu que registrasse isso aqui.

Creio que é o mesmo drama que o Senador Raupp e tantos outros... Essa é uma reclamação permanente do nível de funcionamento que a gente está cobrando aqui do Senado. Não dá para ter trezentas coisas. Por exemplo, a vinda, hoje, pela manhã, à Comissão de Infraestrutura em relação à sabatina, por exemplo, do Diretor-Geral do Dnit, terminou alterando a regra. Era uma sabatina para quinta, que foi jogada para terça, o que vai nos criando esse entrave, sem contar a reclamação do Requião ali porque a Comissão de Educação, que, ordinariamente, se reúne na terça pela manhã, vai terminar não



se reunindo. Mas nós achamos que era importante a vinda tanto do Ministro quanto do Presidente do Incra, primeiro para que a gente tivesse oportunidade, Ministro, de, frente a frente, nas Comissões, os Ministros apresentarem exatamente quais as ações têm adotado nesse processo. Quer dizer, não basta a gente tratar aqui as denúncias ou as coisas que são levantadas, pontualmente. Acho que essa é uma preocupação fundamental, e até folgo em saber que, no final da fala do Senador Alvaro Dias, ele disse que, em uma das denúncias, ele estava sobejamente bem atendido.

Mas eu conversava há poucos instantes com o Senador Cyro Miranda sobre o que significa para nós, por exemplo, o nível de problema que tem sido apresentado nessa relação. O que se espera de um assentamento, quais são as medidas, porque, senão, nós ficaríamos permanentemente tratando de coisas aqui pontuais. Alguém vai de forma, ali, orquestrada, vende um lote, faz uma transação e você termina tratando isso como vala comum, como se fosse uma prática usual em todos os assentamentos no País. E a outra questão é, por exemplo, como é que o Ministério e, particularmente, também o Incra, já que o Incra trabalha numa fase que é mais de acompanhamento e desfecho daquele nível de tratativas para consolidar. O Ministério entra com a ação de consolidação de fato, que é a política de incentivo, de acompanhamento, para que essas áreas possam, de certa maneira, cobrirem a expectativa de todos nós, que é a questão de renda, de produção, de comercialização e todo nível de acompanhamento.

É óbvio que isso envolve uma soma razoável de recursos, isso envolve uma expectativa também de resultados e, consequentemente, isso cai numa lógica de, às vezes, aproveitamento pontual de alguns que tentam fazer daquilo ali um meio de lograr êxito em suas investidas de corrupção.

Então, é importante que a gente tenha, por parte tanto do Ministério quanto do Incra, uma resposta em relação a isso. Então, o fato é que não basta só responder as denúncias e a imprensa, mas é aqui na Comissão de Orçamento, aqui na Comissão de Agricultura, nas Comissões de Fiscalização tanto da Câmara quanto do Senado, que a gente tenha oportunidade inclusive de opinar, não só conhecer, Ministro Afonso, mas também a gente opinar de que forma podem ser adotadas medidas usando vários mecanismos hoje de publicização, de transparência, de acompanhamento, porque, senão, vai lá e diz: nós tiramos o cara do Incra lá da região da Bahia, por exemplo, afastou o servidor. Não sei se necessariamente só o afastamento do servidor afasta a prática, afasta o tipo de ação que é permanente. É óbvio que tem que afastar. E outra é também de que forma que a gente vai trabalhando no Ministério, com o Ministério, os processos cada vez mais crescentes de imediata publicização de cada evento desses, para que a sociedade possa acompanhar, para que você tenha um mecanismo inclusive de alívio. Tenho dito isso permanentemente à CGU, e o que a CGU fez nesses casos, por exemplo? Uma vez feita a denúncia,



a CGU vai e aí quer pegar o órgão local, recolher computadores, fazer não sei o quê e tal. Se você tem um processo que é, efetivamente, combinado e ele é *online*, falando nos tempos atuais, a CGU não precisaria fazer nenhum deslocamento, a CGU não precisaria fazer nenhuma ação de apreensão, de busca, com os dados que ela estava recebendo, inclusive antes de o fato ser consumado, ela teria condição inclusive de avisar ao Ministério como interromper determinados processos.

Acho que essas são as expectativas nossas no que diz respeito a um procedimento por parte dos Ministérios, porque aí, meu caro Senador Acir, a gente teria condição inclusive de bloquear liberação inclusive de recursos, sejam eles do Pronaf, sejam eles recursos de moradia, para assentamento, construção de casa etc. e tal. Então, você teria condição de fazer isso. Creio que essa é a maior das ações que Ministério e Incra vêm adotando nesse procedimento, que é como você dá sequência a isso, como é que você dá um certo nível de eficácia a essa ação. Porque, senão, meu caro Cyro, vamos ficar o tempo inteiro com o Ministério administrando crise, ocupação em tal lugar e expectativa futura de denúncia para a gente tentar fazer uma espécie de ação posterior. O Senador Delcídio Amaral é o relator do caso Dnit – veio aqui, acenou, passou, deu a volta e vai embora. Ele é relator inclusive do processo da sabatina do dirigente do Dnit. O Senador Cyro é relator de um outro processo, eu sou relator de um terceiro. Então, está tudo ao mesmo tempo agora.

Então, é isso. Eu queria só cobrar, tanto do Ministro quanto do Presidente do Incra, exatamente nessa linha, para que os dois não virem meramente figuras que ficam respondendo a indagações. Eu sei que isso consome um tempo e é importante que esse tempo seja gasto para não só responder, mas para tomar medidas. Mas é muito mais importante que o tempo de vocês seja utilizado para a gente dar um pouquinho... Ou seja, um tempo à frente disso. Então, acho que é fundamental isso. E vir aqui... Acho que não há nenhum problema! Acabar com essa estória de que nosso dirigente de órgão, Ministro de Estado, para vir a esta Casa é um Deus nos acuda e fica aquela verdadeira maratona de reprovação de requerimento. Não tem que reprovar requerimento... Tem de ouvir. Os Senadores querem cobrar... E é importante que homens públicos façam isso. E eu volto a insistir que é por isso que estamos cobrando tanto a aprovação do PL 41 que está nesta Casa, porque não só o projeto serve para que a gente torne público os atos de cada dirigente, como também o projeto serve como um projeto antecipado de prestação de contas do que faz cada dirigente, cada Ministro, cada homem público à frente de sua instituição.

Então, é isso Ministro. Acho que foi muito importante – e até volto a insistir – saber a forma como o Ministério tem respondido a essas denúncias e que no tempo em que responde ao mesmo tempo apresenta, de forma concreta, o que o Ministério tem feito na condução da pasta em relação às ações efetivas



no processo de viabilização de assentamentos, no processo de viabilização da economia, no processo de viabilização inclusive dessas atividades econômicas para os Municípios. Acho que esse é um objetivo central. A reforma agrária também tem o objetivo não só de prender o sujeito à terra, mas o de criar um ambiente local, de renda, de trabalho, que sustente a economia. Então, portanto, essa é a questão central. Por isso que dói, em cada um de nós, quando a gente vê um sujeito pegar uma área de assentamento e tentar transformar em uma área de lazer, daqueles que jamais deveriam estar sequer naquela terra quanto mais a usando de forma desvirtuada, porque o objeto é atender para você resolver um grave problema social de geração de renda, de trabalho de forma local. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. bloco/PDT – RO) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para sua interpelação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente do Instituto Nacional (Incra), Sras e Srs. Senadores. Primeiro, muito obrigado, pela presença dos senhores, pela presteza, e fazer elogio a sua pasta, às providências... Eu também me sinto tremendamente satisfeito com as respostas que o Dr. Celso deu – já antecipando... Eu acho que a imprensa, se ela tem um papel de denúncia, as vezes, de se antecipar, ela tem também, por obrigação, de conhecer as medidas que já tinham sido tomadas. Certo? Então, aí houve uma injustiça, porque eu vi que, desde 2009, vocês vêm tomando algumas providências.

Nós temos aqui problemas com os sindicatos. Aliás, o senhor está de parabéns, porque se o MST fica contra o senhor, fustigando-o o tempo todo é porque o senhor é muito bom. O que eles querem são as facilidades. Hoje a gente sabe que há uma prática... E uma coisa que me chama a atenção, o Presidente do Sindicato, Zé de Celsa, ele diz assim: "Aqui tem um grande problema: essas terras são da reforma; depois, se você puder, não é para mim, mas uma ajudazinha para o sindicato." Veja: ele se atrapalha. Então, eu vou na mesma linha do Senador Walter. Eu acho que não adianta a gente ficar remexendo. O que nós podemos fazer? Quais os instrumentos que nós temos aqui e que podemos auxiliá-los? Porque, em uma investigação... Não só uma investigação, mas uma modelagem diferente.

Tem hoje aqui, no *O Estado de S.Paulo*, um artigo muito interessante do Xico Graziano onde, na verdade, ele não faz críticas, mas vai na linha de dizer que tem que resolver esses problemas. Os senhores têm sido realmente eficazes, é um Ministério que toma sempre as providências, mas tem um vício de origem que começa já do latifundiário, do dono de fazendas, quando ele usa *lobby* para que as terras sejam reavaliadas e, como é um Ministério de uma vastidão muito grande – os senhores mexem com uma diversidade –, às vezes fica difícil realmente chegar na hora certa e perceber algumas coisas.



Vou aqui só me deter naquilo que o Congresso Nacional pode fazer, nesse sentido. As providências são tomadas, mas acho que tem que ter um facilitador, uma modelagem diferente. Temos que ter uma maneira de punição mais eficaz e a modelagem, não só a auditoria dessas terras, Ministro. Vejo a dificuldade, dada a imensidão. Quando termina um processo, o senhor está ligado em uma série de outros. Depois de anos, aquilo ali foi vendido, é difícil. Mas não sei como se vai fazer esse mecanismo, travar isso de alguma forma, com banco de dados... Certo?

Então, queria colocar o Congresso, do meu lado aqui, da minha parte, à inteira disposição, os senhores colocarem para o nosso Presidente o que poderíamos fazer para ajudá-los, porque sei que é complexo esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda e demais Senadores.

Entendemos que as demandas, Sr. Ministro, são muito grandes, tanto do Incra quanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e esses problemas acontecem. Mas o é importante é que providências já foram e estão sendo tomadas, e isso nos deixa mais tranquilos. Vou, na mesma linha que o Senador Cyro Miranda, deixando aqui a nossa Comissão à disposição naquilo que podemos ajudar o nosso Governo, o Governo da Presidenta Dilma, com os seus Ministros, a fazer um bom trabalho. Esse programa *Brasil Sem Miséria* é importantíssimo, é um programa fantástico. Estamos aqui dando total apoio e sempre perguntando o que podemos fazer para ajudar, para que esse programa realmente aconteça o mais rápido possível, dentro da necessidade da população brasileira.

Antes de passar a palavra ao Ministro, pergunto, Ministro, com relação à questão Terra Legal no Estado de Rondônia. Há essa preocupação da população do meu Estado, no final de semana estive lá em Rondônia novamente e há sempre a pergunta de quando isso vai realmente acontecer, quando os nossos agricultores do Estado de Rondônia terão as suas escrituras, para que possam ter acesso aos programas do Governo e a crédito rural. É uma das grandes preocupações que temos. No mais, entendo que fomos muito bem esclarecidos, tanto pelo Ministro quanto pelo Dr. Celso Lacerda.

Passo a palavra ao Ministro Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE – Obrigado, Presidente Acir. Quero saudar as Senadoras Angela Portela e Lídice da Mata, os Senadores Delcídio Amaral e Humberto Costa, agradecer os Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Walter Pinheiro, e agradecer, inclusive, as palavras e o reconhecimento como proponentes do convite, por terem reconhecido aqui, publicamente, que as providências tomadas, inclusive antecedendo as denúncias, preenchiam as suas expectativas de informações. E reiterar, a pretexto da fala do Senador Walter



Pinheiro, que estamos em um processo de consolidação e ressignificação da nossa política de reforma agrária.

Aprendemos muito nesses anos todos, não é demérito dizer que estamos sempre aprendendo e, de fato, casos como esse demonstram que temos que aperfeiçoar, e estamos aperfeiçoando. A Presidenta Dilma liberou todo o financeiro de obtenção do orçamento de 2011, não contengenciamos essa rubrica nem a rubrica de assistência técnica. Entretanto, o Incra e o MDA estão desenvolvendo um modelo que – aceito a sugestão do Senador Pinheiro, podemos voltar, Presidente, a esta Comissão, talvez em uma atividade conjunta de comissões, para apresentar esse modelo – ressignifica a reforma agrária. Ou seja, é fato que encontramos assentamentos de 20 anos em áreas propícias ao turismo, na beira da praia, ou em áreas muito distantes da infraestrutura de produção, de industrialização e de comercialização, às vezes áreas impróprias para a própria produção agrícola.

Temos orientação da Presidenta Dilma de incrementar a política da reforma agrária e da agricultura familiar nos moldes da Lei nº 11326, ou seja, assentados, assentadas, populações tradicionais, quilombolas, marisqueiras, pescadores, extrativistas e agricultores e agricultoras familiares, no sentido clássico do termo, de camponeses.

Estamos aperfeiçoando nossos instrumentos. O Plano Safra 2011/2012, Senadores, Senadoras, disponibiliza mais recursos com menos taxas de juros para investimento; avança na organização econômica da agricultura familiar; institui uma política de garantia de preço mínimo da agricultura família – coisa que não tínhamos no Brasil.

A Presidenta Dilma encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei mudando o PPA, mudando a LOA, para disponibilizar, já este ano, R\$ 300 milhões para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar.

Melhoramos todas as nossas rubricas do Pronaf; melhoramos o Seguro Safra; ampliamos a Garantia Safra.

A Presidenta, através do Programa Brasil sem Miséria, criou o Programa de Apoio à Conservação Ambiental. Então, temos agora o Bolsa Verde. Entretanto, o Brasil tem um passivo em muitas áreas e também na área agrária.

A nossa posição é a de que temos que avançar na reforma agrária aperfeiçoando os instrumentos do Estado brasileiro. Com isso, vamos buscar uma sinergia entre a aptidão agrícola das famílias selecionadas, a dinâmica econômica regional para a produção da agricultura familiar, a aptidão agrícola do solo, a disponibilidade hídrica, a proximidade de infraestrutura de apoio à produção e à comercialização, e o Incra já está em estágio avançado de formulação, em parceria com o MDA e, oportunamente, Senador Pinheiro, Sr. Presidente, poderemos apresentar essa posição de atualização e aprofundamento da política da reforma agrária da agricultura familiar.



Senador Pinheiro, no que diz respeito à publicização, o MDA tem já disponíveis todos os cadastros do Garantia Safra, com relatórios de implementação, lista de agricultores beneficiários. Do Pronaf, também temos um sistema público disponível das declarações de aptidão ao Pronaf, contratos por Municípios. Também no Terra Legal, Senador Acir, temos disponíveis todos os cadastros dos posseiros que estão listados. Além dos números gerais do Terra Legal - vale registrar -, começamos, no último primeiro de julho, em Rondônia, um grande mutirão.

O Programa Terra Legal, instituído há dois anos, tem o desafio de fazer a regularização fundiária de toda a Amazônia, que estava represada ao longo de muitas décadas. Por decisão do Governo do Presidente Lula, ele é executado por uma Secretaria Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal vinculada ao MDA, com uma estrutura de apoio no Incra.

Estamos estritamente dentro do calendário, entretanto, não estamos satisfeitos. Sabemos da importância da regularização fundiária na Amazônia Legal e, por isso, pretendemos incrementar o programa, à despeito das limitações...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Permita-me, Sr. Presidente.

Ministro Afonso, chegamos a discutir, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o nível de aproveitamento do MDA, em parceria, obviamente, com os dois Ministérios, aliás, três Ministérios das Comunicações, Defesa e Ciência e Tecnologia, exatamente no nível de mapeamento, por meio de satélite, não como um grande *big brother* que fiscalize, mas para fiscalizar e, ao mesmo tempo, fazer uso dessa ferramenta para a orientação, tanto do ponto de vista climático quanto do ponto de vista dessas alterações que se processam na movimentação de terra.

Portanto, esse foi um dos temas, eu diria, Senador Acir, V. Ex^a que participou desse debate. A partir dessa propositura que nós fizemos, quando da conversa com o Ministro Aloizio Mercadante, nós forçamos para que o debate sobre o Código Florestal chegassem à Comissão de Ciência e Tecnologia, porque, do contrário, não se faz uso dessas ferramentas. Quer dizer, não adianta manter um cadastro publicado se não há o caminho de volta, inclusive no sentido da orientação para o próprio agricultor. É uma forma de teleassistência técnica, digamos assim, além de se permitir um processo de fiscalização, na medida em que há um nível mais baixo de aplicação.

Os recursos são liberados, mas, às vezes, é óbvio, por condições climáticas ou, sei lá, por problemas na execução de projetos, não há a devida aplicação desses recursos em áreas que podem ser monitoradas. Estou falando isso porque o Ministro tocou na questão da Amazônia e deve se lembrar, inclusive, de que, quando ele era Secretário de Desenvolvimento Urbano na Bahia e eu era Secretário do Planejamento, nós contratamos o Exército, num



processo, para se fazer uma nova cartografia, um novo mapa da Bahia, e se ter uma leitura mais fidedigna dos órgãos públicos do que a que nós temos: o que existe de desmatamento, como estão andando os assentamentos, até para evitar aquilo que aconteceu no oeste. Os assentados, de certa forma, foram acusados de estar desmatando para produzir carvão porque não conseguiam produzir em alguns assentamentos. Era esse o objeto da denúncia – não necessariamente isso se consagrou. Então, eles foram para a linha do desmatamento para vender carvão. Depois, resultou naquela ação do nosso Ministro... Chamávamos o Ministro só de Indiana Jones e terminamos esquecendo o nome. Era o Ministro Minc. A gente o batizou de Indiana Jones.

Então, é isso, Ministro Afonso. Acho que seria importante, nessa linha de raciocínio, o Ministério ir para essa linha da publicização e o caminho de volta, porque senão a gente fica usando essas ferramentas só como ação de polícia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário não é central de polícia nem delegacia de polícia, com todo o respeito à central de polícia e à delegacia. Agora, cada qual no seu cada qual.

O SR. AFONSO FLORENCE – A pretexto, só para finalizar sobre o Terra Legal, Senador, para Rondônia nós estamos com um convênio em curso. Iniciamos um mutirão no dia 1º de julho último e estamos aplicando R\$17 milhões. É um convênio com o Governo do Estado para a titulação de cidades inteiras. A nossa previsão é de que, até 2010, se faça a conclusão dos trabalhos naquele Estado.

A nossa expectativa é conseguirmos incrementar, apesar de estarmos dentro do calendário... A própria Presidenta não esconde a expectativa dela de que nós consigamos dar mais efetividade. Essas sugestões do Senador Pinheiro serão recepcionadas.

Vale registrar que nós fizemos um acordo de cooperação técnica com o CNJ para apoiarmos a modernização dos cartórios. Nós estamos apoiando a digitalização da documentação, e estão em curso contratos para a instituição das poligonais, delimitação de glebas, com georreferenciamento.

Aproveito a oportunidade, a pretexto da fala anterior do Senador Pinheiro, para dizer que acho que podemos propiciar uma reunião em que a Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia e o Incra possam apresentar o programa e nós possamos encontrar soluções de recepção dessas sugestões.

Vale registrar que o Incra está voltando à publicização dos nossos dados além da atual disponibilização no site do MDA de todos os cadastros de beneficiários, dos nossos programas, dos contratos com Municípios, Pronaf, Terra Legal, Garantia-Safra, e a Declaração de Aptidão ao Pronaf está toda disponível. Além disso, o Incra está em processo de viabilização da disponibilização digital on-line de todo o seu cadastro de famílias beneficiárias. Então, estamos avançando nesse sentido. Só reiterando, temos um contrato de



instrumentos presenciais de participação e controle social. São o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, os conselhos estaduais e os conselhos territoriais.

Todas as nossas políticas passam por esses conselhos e também a nossa disposição integral e incondicional de, à imprensa ou aos Srs. e Sr^{as}s Senadoras disponibilizar as informações necessárias.

Com relação às ponderações do Senador Cyro Miranda, de fato há um conjunto de aspectos propriamente legais que talvez convenha ao Congresso Nacional se debruçar, além, obviamente, do próprio orçamento do MDA, que, sem dúvida – parece que há um consenso entre todos nós –, merece um incremento.

Temos também várias leis que permitem que no âmbito do Judiciário, por exemplo, uma fazenda desapropriada na década de 80 logre êxito num resarcimento a pretexto de juros. E muitas vezes a nossa dotação orçamentária para a obtenção de terras para fins de reforma agrária fica muito preterida em função de decisões judiciais que nos levam a, muitas vezes, resarcir juros compensatórios que sobreestimam o valor da terra. Nós, então, temos uma baixa efetividade, apesar de um volume muito vultoso de recursos disponibilizados.

Então, de fato, essa política que ganha um novo significado no contexto de um país que cresce, que distribui renda, que precisa de segurança alimentar, a reforma agrária de que o País precisa – não só a reforma agrária de que as famílias beneficiárias precisam – e nós estamos construindo esse desenho, e nesse sentido quero agradecer as palavras tanto do Senador Dias como do Senador Miranda, mas de fato o Estado brasileiro precisa aperfeiçoar seus instrumentos.

Quero saudar o Senador Sérgio Souza e os Deputados José Alvino e Amauri, aqui presentes.

Presidente Acir, só para concluir, a nossa expectativa é de que mesmo com condições, digamos assim, limitadas – temos quase que metade apenas dos servidores necessários do Incra –, no programa de regularização fundiária da Amazônia, nós estamos cumprindo o cronograma. Pretendemos incrementar o cronograma. E, no seu Estado, a nossa expectativa é até o ano que termos condição de conclusão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro.

Antes de passar a palavra para o Dr. Celso, para as suas considerações, quero deixar um tema em aberto aqui, Ministro, para que a gente possa fazer uma reunião posteriormente, com relação às terras da União nas quais poderão ser feitos assentamentos e reforma agrária.



Entendo que nós já deveríamos prever no Código Florestal alguma autorização ou algum detalhe para que o Governo Federal possa fazer assentamentos futuros em terras da União, promover reforma agrária para trazer pessoas que estão nas cidades e precisam de área. Nós não temos áreas, mas a União tem. No Estado de Rondônia há muitas áreas da União que podem continuar fazendo assentamentos como fez no passado. Rondônia é o exemplo de um grande assentamento numa grande reforma agrária que foi feita ali.

Quero deixar esse assunto em aberto para que nós possamos continuar em outro momento e, junto com a Ministra Izabella, com o novo Ministro da Agricultura e com a Casa Civil, fazer uma tratativa para prever no Código Florestal essa alternativa, para que a União possa fazer os assentamentos na Região Amazônica.

Dr. Celso Lacerda, para as suas considerações finais.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Obrigado, Presidente Acir.

Eu queria ratificar as palavras do Ministro, no sentido de que esse processo de reforma agrária vem evoluindo muito ao longo do tempo. Ao longo desses últimos anos, muitos processos estão se aperfeiçoando, obviamente graças até ao avanço tecnológico dos meios de informática. Vou dar um exemplo apenas. Quando a gente fazia seleção de famílias, o cadastro era meramente declaratório. Por isso que, muitas vezes, se assentavam pessoas que não eram aptas à reforma agrária, que não tinham perfil e, muitas vezes, cometiam irregularidades nesses assentamentos. Hoje em dia, não. A gente está se interligando com outros cadastros do próprio Governo Federal e temos condição de fazer isso com muito mais segurança, seguindo a legislação. Como exemplo, a gente se vincula ao CNIS, Cadastro Nacional de Informações Sociais, do Ministério da Previdência e INSS, para verificar se não é o empresário que está ali, se não é um trabalhador assalariado, que tem um salário alto, se não é um funcionário público. Então, a gente já tem muito mais segurança hoje nesse processo do que a gente tinha há alguns anos, e buscando, cada vez mais, o processo de transparência. Já está disponibilizado no site do Incra toda a relação dos beneficiários da reforma agrária. Então, todos os assentados, quem quiser ter conhecimento, pode entrar lá e verificar assentamento por assentamento, e a gente vai, cada vez mais, informatizar esse processo e tornar essas informações públicas.

Concluindo, Senador Acir. Nós estamos passando por um momento, e eu, particularmente, estou na presidência do Incra há menos de cinco meses, mas a gente gastou um esforço muito grande nesse começo para fazer um diagnóstico dessa realidade agrária e do quadro da reforma agrária no Brasil. A gente teve muitas surpresas, porque estamos trabalhando em parceria com o Ipea, com o IBGE. Nós realizamos uma pesquisa no passado e está dando fundamento para a gente. Primeiro, a política de reforma agrária, com



todos os percalços e problemas que teve, é uma política fundamental no combate à pobreza no campo. Isso não é que estamos sugerindo; isso está comprovado. Nestes últimos anos, grande parte dessas famílias que saíram da pobreza no Governo Lula foi graças à política de reforma agrária no campo. Então, a gente pretende continuar com a política no programa agora, efetivamente, do Brasil Sem Miséria. E, quando o Ministro diz da ressignificação da reforma agrária, é exatamente esse trabalho que a gente está fazendo de diagnóstico e rediscussão do programa para colocar, obviamente, as famílias que demandam terra ainda com terra, e esse diagnóstico que o senhor sugeriu está pronto. Nós temos um mapa das terras públicas federais que nós podemos utilizar para assentar famílias e que não precisamos depender de dinheiro público para poder desapropriar áreas para fazer reforma agrária. O Estado do Mato Grosso é um exemplo de que a gente tem muita terra pública federal e dá para fazer um trabalho significativo; Rondônia...

Então, esse diagnóstico está pronto. Vamos agora entrar num procedimento de discussão para rediscutir a política e redefini-la no intuito de colocar efetivamente os assentamentos na rota de uma produção bastante grande, porque já produzem hoje, mas que melhorem a produtividade, que processem esses produtos com agroindústrias e que possam os assentamentos, cada vez mais, ser um ambiente saudável de sobrevivência. Porque também a gente não quer só geração de renda, com ambientes insalubres, para as famílias poderem viver ali.

Então, concordo também quando o Senador Walter diz que a gente precisa dialogar. Acredito que a gente precisa conversar cada vez mais e estou à disposição a qualquer momento que o Senado precisar que a gente venha aqui debater algum tema ou dar algum esclarecimento. Estamos absolutamente à disposição, porque a gente vai buscar, cada vez mais, transparência e apoio. Eu acredito que, em cima até do que o Senador Cyro Miranda colocou, a gente, na hora em que tiver a proposição dessa rediscussão da reforma agrária que estamos fazendo, com certeza, vamos precisar do Senado para alguns apoios e talvez, quem sabe, até algumas mudanças em algumas legislações que entravam muito esse processo, e a gente precisa destravar para poder agilizar procedimentos. Então, com certeza, o Senado vai ser acionado por nós porque tem um papel fundamental nesse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso. Quero reiterar a importância da vinda dos ministros a esta comissão, não só nesta comissão, mas em todas as comissões. Isso mostra o estilo de transparência da nossa Presidenta Dilma em administrar. Para nós é um prazer tê-los aqui, deixando sempre, Ministro, a nossa comissão a disposição, porque nós queremos ver o nosso Brasil se desenvolvendo...



O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O senhor viu que o Ministro fez um pedido aí: que no final do ano, na preparação das emendas, a Comissão de Agricultura faça uma emenda para o MDA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, faremos essa discussão ampla aqui internamente para darmos apoio ao nosso ministro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Ex^a, que é o relator do comitê de receita da Comissão de Orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente. Eu já estava pensando nisso. Estou aqui preocupado pensando em como faremos para atender a demanda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é tão importante para o nosso País.

Muito obrigado pela presença, Ministro Afonso Florence, muito obrigado pela presença ao Dr. Celso, do Incra.

Senador Ataídes, V. Ex^a me perdoe, nós estamos aqui bastante focados na próxima comissão a que estamos sendo convocados, e não percebi a sua indicação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vou ser bem breve. Também peço desculpas porque, por força maior, cheguei atrasado a esta reunião. Como disseram nossos pares, é uma comissão com um assunto de importância extraordinária porque se refere a reforma agrária. Eu, que vim da roça, tenho muito interesse nisso.

Eu queria fazer um ligeiro comentário ao nosso Ministro Afonso.

Ministro Afonso, estou analisando com muito carinho já há alguns meses as empresas, entidades paraestatais que compõem o Sistema S em nosso país, Sesi, Senai, Sesc e outras. Mas também estou observando com carinho o nosso Incra. Eu gostaria de fazer umas perguntas que nem formulei, mas eu gostaria de ter as informações de V. Ex^a.

Busquei informações sobre fatos contábeis do Incra via Internet; mas infelizmente não consegui tê-las em minhas mãos. A primeira pergunta que faço a V. Ex^a é como proceder para ter essas informações que não pela via TCU; estas informações sobre receita e despesa e o balanço patrimonial do Incra. É minha primeira pergunta. A segunda colocação que faço é a seguinte: é sabido aqui por nós que o Incra tem duas alíquotas, uma de 0,2 paga por todas as empresas, com exceção das que estão enquadradas no Simples; e outra alíquota de 2,5, recolhidas, ambas, sobre a folha de pagamento bruta dos trabalhadores. Esta outra alíquota de 2,5 das empresas correlatas ao Incra, por exemplo, frigoríficos, empresas de biodiesel, laticínios, etc. A pergunta é a seguinte: essas duas alíquotas hoje devidamente legalizadas, colocando empresas nossas que não têm absolutamente nada a ver com o sistema agrário nosso, o senhor acha isso correto? A terceira pergunta: o Incra dá transparência ao povo brasileiro sobre seus atos e fatos? As respostas a essas três perguntas



eu gostaria de ouvir do nosso excelentíssimo senhor Ministro e do nosso Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Eu gostaria de ouvi-los. Isso muito me interessa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins.

Creio que o Dr. Celso Lacerda, que é o Presidente do Incra, seja a pessoa ideal para responder, e também o Ministro para comentar.

Passo a palavra para o Dr. Celso Lacerda para responder ao Senador Ataídes.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Senador, eu acredito que é difícil discutir o mérito, se essas contribuições são justas ou não, porque elas têm que ser cobradas, e esse recurso não vai para o caixa do Incra, vai para o caixa da União. Então, a gente não tem nem ideia, hoje, exatamente do que isso representa em termos de arrecadação. Eu tinha isso... Há quatro anos, isso representaria o valor do orçamento do Incra, essas duas contribuições que o senhor relatou.

Com relação ao balanço patrimonial, se o senhor não encontrou isso *on-line*, o senhor pode pedir para a gente lá, que a gente disponibiliza para o senhor, sem nenhum problema, porque nosso objetivo, como falei aqui, é dar transparência, o máximo possível, a esses fatos. O senhor pode solicitar. Eu fiquei até em dúvida com relação ao patrimônio que o senhor está citando. Todos os assentamentos hoje, na realidade, são patrimônio do Incra, mas há toda a complexidade, que é o que a gente estava explicando até antes de começar a reunião para o Senador, porque o processo de reforma agrária é tão complexo no Brasil, que, às vezes, temos hoje assentamento de 25 anos em que não somos o proprietário da área, não temos o domínio, porque a ação de desapropriação ainda transita no judiciário...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Isso. E não transitou em julgado. Por isso temos a posse da área, não podemos dar o título para o assentado porque não transitou em julgado o processo de desapropriação ainda. Então, não somos o proprietário; como não somos o proprietário, isso não está nem no nosso patrimônio ainda.

Mas, na medida do possível, o senhor faz a solicitação, que a gente disponibiliza sem problema nenhum.

E eu queria dizer, quanto à última pergunta, que é sobre os atos do Incra, sobre a transparência, que o senhor fez, o seguinte: todos os atos que o Incra pratica estão sendo publicizados. Não tem nada o que esconder, não tem nada o que omitir, e por isso que qualquer informação que o senhor precisar é só requerer. Eu disse antes aqui que já é pública hoje a relação de todos os assentados, já está na Internet. E cada vez a gente vai tentar publicizar o



máximo possível. A relação de contratos que o Incra tem, isso está nos sistemas do governo. Não há relação promíscua com movimento social nenhum; o que há, sim, é uma relação de diálogo muito constante. Isso foi orientado recentemente. Nós estamos propondo recentemente que todos os nossos trabalhos sejam discutidos em fóruns estaduais e em fórum nacional para ficar público. Isso não significa que vão deliberar nesses fóruns, mas vão discutir, para que o nosso trabalho seja transparente e franco. Não vamos enganar ninguém, prometendo coisas que não vamos fazer, e não vamos esconder de ninguém aquilo que a gente for fazer.

Então, essa é a postura do Incra hoje, que é uma orientação, inclusive, da Presidenta Dilma, que se tenha transparência e diálogo, que é diferente de se ter uma relação obscura, uma relação promíscua com movimentos, que é o que normalmente o Incra é acusado de praticar. Eu garanto para o senhor que isso não ocorre e nem vai ocorrer, se é que ocorreu tempos atrás.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu queria colocar que não estou aqui com intenção duvidosa da gestão dos senhores, de forma alguma. Eu estou aqui em busca de informação. Tão somente isso. É o que estou fazendo com o Sistema S.

O senhor me disse que, através de um requerimento, eu tenho todas essas informações, mas eu não preciso fazer esse requerimento. Se o senhor está me dizendo que existe na Internet a formação desses dados, que é lei, é obrigado que o gestor público, ao receber um tributo, tem que dar conhecimento ao público, ao povo, então eu gostaria que o senhor me dissesse onde é que encontro esses dados, Sr. Celso, porque eu não preciso fazer esse requerimento. Essa seria a minha primeira colocação. O senhor disse que tem transparência no Incra. Então, onde é que o povo pode acessar a Internet e ter esses números? O senhor poderia me dizer?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Os números do tributo?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Os números, os fatos contábeis do Incra, como receitas e despesas, disponibilidade financeira, balanço patrimonial, ou seja, a transparência a que o senhor se referiu. Onde eu vou buscar na Internet, já que o senhor disse que tem transparência total? Eu não preciso fazer requerimento.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – O senhor pediu. Eu disse que não compreendi o pedido que o senhor fez. O senhor falou de contabilidade e patrimônio do INCRA...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu estou chamando de fatos contábeis.



O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – O que eu quero dizer para o senhor é o que o INCRA tem um site que tem muita disponibilização de informação ali. É por isso que o senhor não entrou num detalhamento daquilo que o senhor pediu. Eu não tenho nem como dizer se isso está disponível no sistema Web ou não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu não encontrei.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Informações do recurso do orçamento do Incra, o disponibilizado, o executado, isso está disponibilizado também não no site do INCRA. Inclusive no site do Governo Federal – Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento –, o senhor busca informações da execução orçamentária de contabilidade do INCRA. A que eu me disponibilizei é que, as informações que o senhor não conseguir nos sites do Governo Federal como um todo, seja na área de planejamento, seja da área tributária, seja no site do próprio Incra, o senhor pode pedir ao Incra. A que a gente disponibiliza.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas eu quero que o povo brasileiro tenha esse acesso. Não só eu.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Se o senhor detalhar exatamente o que o senhor quer, nós podemos dizer exatamente onde o senhor pode encontrar isso, porque o senhor falou em patrimônio, falou em contabilidade...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Permita-me. O que eu quero, Presidente, é que o Incra seja transparente ao povo brasileiro.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Mas ele é transparente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Aquele povo, principalmente o trabalhador, que paga.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Exatamente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu tentei buscar essa informação e não consegui encontrá-la. O senhor está dizendo que tem transparência. Eu só quero que o senhor me informe, então, onde eu posso entrar e ter acesso a todos os fatos contábeis do Incra, para que eu possa ir à tribuna e dizer ao povo brasileiro que, se querem informação sobre a gestão do dinheiro, do tributo arrecadado, é só entrar no site tal que eles terão as informações. Esse é o meu objetivo primeiro, entendeu, Presidente?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Entendi, entendi. O senhor tem dados de financeiro do Incra, de execução e de contábil, no Siafi, que é o sistema de todo o Governo Federal. Não tem especificamente do Incra lá.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois é, não tem do Incra. Eu entrei lá.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Mas tem sim, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Não, não tem.



O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Porque não existe órgão federal cujas informações não constem no Siafi. O senhor precisa entrar no site, no MDA...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Todo o Sistema S não consta. Infelizmente, Ministro. Estou aqui com relatório do TCU, que diz que não tem informação nenhuma, lamentavelmente.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Do Sistema S?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Do sistema S.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Do sistema S, eu não sei dizer, porque o Sistema S não é um órgão federal público.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Que deveria ter também.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Mas talvez o senhor não tenha encontrado porque as nossas informações são vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mas elas constam no Siafi, com certeza absoluta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas eu não encontrei no Siafi.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Então, a gente pode depois encaminhar um assessor do senhor com um nosso, para tentar todas as informações que o senhor quer. Aquilo que não tiver *on line*, nós disponibilizamos, como forma de transparência para a gente orientar o povo brasileiro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, me ajuda. A nossa LDO de 2008 e seguintes, no seu art. 6º, §3º, não determina – eu sei do Sistema S, mas do Incra não – que têm que se tornar públicos, via Internet, esses fatos contábeis? O senhor poderia me ajudar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, eu vou tentar ajudá-lo, Senador Ataídes.

O que eu estou entendendo do Dr. Celso é que todas as informações estão disponíveis através do Ministério – MDA – ou através do Siafi. Lá dentro vai ter um ícone Incra que trará todas as informações necessárias. É isso o que estou entendendo do Dr. Celso por suas colocações. É claro... Ficou claro pela colocação dele de que está à disposição de todo bom brasileiro...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas eu não encontrei, Presidente. Eu não encontrei: nem eu nem minha assessoria nem a Conleg...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aí nós vamos passar dois dias aqui e o senhor dizendo que não encontrou e ele dizendo que tem. Aí, não vamos chegar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Acir, gostaria de perguntar ao Senador Ataídes se ele não encontrou do Incra ou não encontro no Sistema “S”? Porque aí...



O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Aqui nós estamos falando do Incra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Porque as informações do Incra, Senador, obrigatoriamente, elas têm de estar no Siafi. E elas, obrigatoriamente... Todos os órgãos públicos... O Siafi é montado a partir disso. Toda matéria contábil, prestação de contas, publicação... O Incra movimenta inclusive recursos – todos eles – oriundos de impostos, são recursos do Tesouro. Então, obrigatoriamente está no Siafi e tem que estar, o-bri-ga-to-ri-a-men-te, no Portal da Transparência. Tem de estar! Obrigatoriamente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A sugestão do Presidente Celso...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigatoriamente, todos eles estão. Se algum outro órgão manipula recursos da União e não publica, isso não pode acontecer com o Incra. Não tem a menor...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A sugestão do Dr. Celso é que se faça uma reunião com sua assessoria e com a assessoria do Incra para ver onde está a dificuldade de encontrar os dados que V. Ex^a está procurando e não encontra. Então, acho que é a solução mais fácil.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas é o povo que não está encontrando. Inclusive agora nosso ilustre Senador colocou que é obrigatoriamente, é constitucional, inclusive no Portal da Transparência, que eu também busquei e, infelizmente, eu não obtive essas informações.

Nossa Conleg também, Senador, nós também não encontramos. Então esta é a minha indagação: O Incra dá transparência dos seus atos e fatos? Então, essa é minha pergunta. Até então eu não tive essa transparência. Eu estou em busca dela para prestar a nosso povo... Então, essa é minha pergunta. E a segunda é sobre essas duas alíquotas. Empresas que não têm nada a ver com o sistema agrário nacional pagar 0.2%. Por exemplo, uma indústria automobilística pagar... Ou qualquer outra indústria ou qualquer outro comércio... Um supermercado pagar 0.2% ao Incra... Será que isso é correto, meu Presidente, essas duas alíquotas? Inclusive, eu tenho um projeto pedindo a extinção dessa alíquota 0.2% paga por todas as empresas.

Mas eu não quero tomar o tempo dos senhores. Eu já estou grato por V. Ex^as terem me ouvido e vou, então, buscar essas informações.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – A gente, Senador... Se o senhor designar um assessor do senhor, a gente – hoje ainda –, com maior boa vontade, disponibiliza todas essas orientações e onde que ele pode buscar todas essas informações. Eu garanto que todas elas são transparentes. E a grande maioria já está disponibilizada *on-line*, via web.



O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Então, vou fazer uma última pergunta: qualquer brasileiro hoje, com um pouco de conhecimento na Internet, V. Ex^a acha que ele tem acesso aos dados do Incra?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Se ele for buscar as informações, ele o terá. É como eu tinha dito antes, Senador: esse processo está evoluindo muito rapidamente. Há 10 anos ninguém acessava nada *on-line* e hoje já acessa quase tudo. E talvez daqui a 10 anos a gente já tenha acessado tudo e no momento exato. Então, é uma questão de avanço tecnológico. Eu, muitas vezes, confesso que tenho dificuldades de acessar algumas informações porque não consigo dominar toda tecnologia e ter todos os endereços. Por isso, a gente está disponibilizando para o senhor de orientar aquelas informações que já estão *on-line* e aquelas, possivelmente, que não estejam *on-line*, a gente disponibiliza sem nenhum problema.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – O órgão arrecadador é a Secretaria da Receita Federal do Brasil... É isso mesmo?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ok. Que ela então retém 3.5 pelo serviço prestado e repassa ao Incra os 95.5... O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Não. O que nós temos é um orçamento aprovado pela OGU, Orçamento Geral da União, que vem do caixa único. Nós não temos nenhuma verba específica que venha ao Incra de nenhuma arrecadação específica. O nosso orçamento é do OGU, aprovado aqui nesta Casa, inclusive, que vem do caixa único.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Estou fazendo essa pergunta porque eu não tenho as informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso, Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Dá tempo ainda? Acabou?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Já, mas, se V. Ex^a tem alguma colocação, nós aguardamos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muitas, porque eu estava em outras Comissões.

Peço desculpas, Presidente, que eu tenho que me desdobrar. Hoje é dia de posse de Ministro, e os Senadores não vieram.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Às 11 horas é a posse do nosso Ministro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu anotei aqui alguns questionamentos. Eu vou fazê-los e, depois, o Ministro pode responder depois até por ofício.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT – RO) – Muito bem, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É uma questão de partido. O partido levantou e pediu que eu fizesse esses questionamentos aqui em nome do PMDB.

O Projeto de Assentamento de Cumuruxatiba foi criado em 1987, no Município de Prado, no extremo sul da Bahia e possui 169 lotes. Desses foram vistoriados 146, conforme informou o Incra, em nota de esclarecimento publicada em seu sítio na Internet, em 25 de julho. Tais vistorias foram realizadas antes da reportagem veiculada no dia anterior. Com que frequências tais vistorias são realizadas? Quem as realiza e como são registradas as informações?

O Incra informou, ainda, que, entre 2007 e 2008, ajuizou 33 ações de reintegração de posse, onde estão localizadas as edificações construídas em lotes ilegais e que, do total de 169, 11 ocupantes irregulares em lotes ilegais foram notificados e que 102 lotes possuem processo administrativo em trâmite que pode resultar em ajuizamento de ações de reintegração de posse. Somando as 33 ações de reintegração com os 11 notificados e os 102 que possuem processo administrativo, significa que 146 lotes vistoriados foram ocupados irregularmente por pessoas que não são beneficiadas do Programa Nacional de Reforma Agrária. Quando serão vistoriados os demais 23 lotes?

Terceiro: quantos agricultores, originalmente assentados, estão em seus lotes? O assentamento possui infraestrutura de eletricidade, estradas transitáveis, acesso à água, a escolas e a postos de saúde? Quando foi elaborado o plano de desenvolvimento do assentamento? Qual é a entidade responsável pela assistência técnica aos aposentados?

Quarto: por que a Srª Teresa Camilo dos Santos, mostrada no programa Fantástico e que há 22 anos está cadastrada como beneficiária do Programa Nacional de Reforma Agrária, ainda não foi assentada? Há quanto tempo a família de Gelci Miller, citada na reportagem, aguarda por um lote em assentamento? Quantos são os cadastrados como beneficiários da reforma agrária que aguardam por um lote no País? Qual a meta de assentamento para 2011 e até o fim de 2014?

Por último, Sr. Ministro, vou fazer uma pergunta sobre o meu Estado. Sei que são vários acampamentos ao lado de fazendas, esperando assentamento, e o Incra lá, infelizmente, acho que, como em todo o Brasil, envelheceu muito. Alguns órgãos federais se reciclaram, se renovaram, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Petrobrás e tantos outros; o Incra envelheceu. Por isso que o Presidente Lula tentou outros mecanismos de aceleração da reforma agrária, de legalização de terras, que está muito atrasada no Brasil. Então, eu pediria que o Incra pudesse também se modernizar, se estruturar. Sei que faltam investimentos, sei que há pouco investimento para a



modernização do Incra, inclusive para as suas sedes. As suas sedes mais parecem, como fala o pessoal da roça, tuperas velhas, abandonadas, com barracões de lona na frente. Existem pessoas recebendo cesta básica, sem resolver os problemas.

Cito um exemplo do meu Estado. Há 14 anos, não é só neste Governo, passou por vários governos, existe um acampamento na beira da fazenda, pois a fazenda está ocupada. Como não podem colocar os barracos dentro da fazenda, eles estão plantando. Os proprietários gastaram dinheiro com advogado, tiveram dezenas de vezes no Incra e não resolveram o problema. O dono da terra morreu, o Dr. Morimoto, e eu falei um dia para um ex-presidente do Incra: esse homem vai morrer (ele estava doente) e vocês não vão resolver. E não resolveram. O homem morreu, agora tem o espólio da família e tem um deputado federal do PT, que foi prefeito da cidade de Alto Alegre, prefeito eleito e reeleito, que tentou também, junto com a gente, resolver esse problema e até hoje não foi resolvido. Agora, parece que está caminhando para uma solução, não sei se daqui a um ano, dois anos, três anos. Quem sabe se leva 20 anos, pois já faz 14, para resolver o problema de uma área a ser adquirida ou desapropriada para se fazer o assentamento de 280 famílias que estão lá há 14 acampadas na beira dessa fazenda.

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp pelas suas colocações.

Eu pergunto ao Dr. Celso se gostaria de responder as perguntas ou de mandá-las por ofício.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Fica a critério do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se puder responder, V. S^a já colocou esse assunto em suas várias apresentações.

O SR. CELSO LISBOA DE LACERDA – Bom, Senador Valdir, com relação ao assentamento da Bahia, de Cumuruxatiba, os lotes todos praticamente foram vistoriados. Existe uma má interpretação desses números, porque ficou um tanto confuso, mas o fato é que esse assentamento, até pelo histórico dele, para o senhor entender, já foi consolidado em 2001. Então, o Incra não teria que estar acompanhando mais esse acampamento até pela consolidação dele. A consolidação se dá depois que se entrega 50% dos títulos e mais uma família titulada; ele está consolidado. Agora, como houve denúncias que relatei em uma apresentação, depois posso até encaminhar para o senhor a apresentação, foi feito um primeiro levantamento, que resultou em 33 ações judiciais, e o segundo levantamento resultou em mais 44 processos de retomada de lotes. Então, são um pouco mais de 70 lotes ocupados regularmente, justamente porque o Incra não teria mais obrigação de acompanhar o acampamento, porque ele está consolidado.



Só que, mesmo depois da entrega do título, enquanto ele não cumprir as cláusulas resolutivas que estão estabelecidas no título, que é o pagamento da área e o cumprimento da legislação ambiental, ele ainda tem esse vínculo e não pode alienar, vender. Então não é todo assentamento que está ocupado irregularmente. Hoje é um pouco menos da metade, justamente nessa área litorânea, onde está presente o assentamento.

Eu não consegui anotar todas as perguntas que o senhor fez, porque eu achei que eu fosse responder por escrito, mas algumas eu anotei. Com relação aos projetos de assentamento, o Incra faz um plano de desenvolvimento que define a quantidade de famílias que vai ocupar o assentamento. A assistência técnica hoje não é uma empresa e não é feita mais por convênio. Desde 2008 nós temos a legislação, que é o Pronat, o Programa Nacional de Assistência Técnica, é feita por chamada pública por empresas credenciadas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural.

Com relação à modernização do Incra, nós estamos buscando isso sim. O senhor falou algo correto: a demanda de ação sobre o Incra hoje é muito grande. Temos que, desde desapropriar terra, até fazer estrada, distribuir água, fazer casa, dar assistência técnica, fazer agroindústria e depois ainda emancipar os assentamentos. Temos um pouco mais de 5.000 servidores e uma parte deles está fazendo um trabalho no programa Terra Legal, lá no norte, que é um trabalho fundamental e prioritário. Então, não dá para fazer tudo isso, ao mesmo tempo, com qualidade, mas garanto que temos melhorado bastante.

Temos uma meta para este ano, via orçamento, que gira em torno de 40 mil famílias. Como disse antes de o senhor chegar, fizemos um diagnóstico minucioso do Incra, relativo à reforma agrária, de titulação de áreas passíveis de regularização fundiária, e agora iremos fazer uma discussão um pouco mais profunda, dentro do Governo, para traçar os novos rumos da reforma agrária, mas no sentido de colocar os assentamentos na rota de produção e desenvolvimento.

Quanto à área citada pelo senhor, de propriedade do Sr. Morimoto, acho que o Incra já comprou essa área, no ano passado, se não me engano. Uma outra área que foi objeto de conflito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CELSO LISBOA LACERDA – Pode ser que não. Não tenho esse conhecimento e foi uma compra, não foi uma desapropriação.

Outra área que já tem o conflito resolvido e pela qual já pagamos, no mês passado, é a famosa fazenda Santa Elina, a do massacre de Corumbiara. É mais um conflito resolvido. Gastou-se todo esse tempo por conta de toda a burocracia que envolve esse processo e que dificulta o nosso trabalho.

Não sei se ainda há alguma questão, Senador. Se ainda há, depois o senhor poderá questionar e encaminharemos por escrito.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) - Muito obrigado, Dr. Celso Lacerda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o senhor vai encerrar, mas fique agoniado e falei até o com Ataídes.

Não sei como o Incra monta o seu *site*, mas sei que, para isso, há legislação. Até para que fique registrado, se qualquer cidadão acessar a página do Incra, essa página, obrigatoriamente - não sei se quem desenvolveu o site errou, mas é impossível, porque isto é obrigatório -, a página do Incra, o site do Incra tem que ter um *link* que a ligue ao que chamamos de portal da transparência, obrigatoriamente. E o portal da transparência disponibiliza receita, despesa. O Incra não pode – por isso perguntei se era o Sistema S – fazer o mesmo que o Sistema S. O Incra não é um órgão igual ao Sistema S.

A Secretaria do Tesouro, o Tesouro Nacional, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela legislação do País, tem obrigação contábil de publicar todos os dados que envolvem Incra, recursos que o MDA recebe para programas. Isso não pode... Pode ser que alguém tenha se atrapalhado nos caminhos.

Feito esse caminho, alguém vai cair na página do Transparência Brasil, que - volto a repetir – é um dispositivo legal, em que quem consulta verá receita, despesa, todo tipo de acompanhamento.

Então, quando o Senador pergunta acerca de imposto, não dá para misturar o Sistema S com o sistema I, são coisas distintas.

O Sistema S recebe tributos e tem uma prestação de contas própria. O Incra não tem, ele é um órgão de Governo. Então, obrigatoriamente, dados contábeis, orçamentários, todos eles, inclusive, se não fizer isso, quem pagará o pato não será o Dr. Márcio Lacerda, mas o Sr. Guido Mantega e, consequentemente, a Senhora Dilma Rousseff.

O SR. CELSO LISBOA LACERDA – Senador, para concluir, essas informações todas estão no site. O balanço patrimonial está no site do Incra. Há um link no site do Incra que leva a um outro portal o Incranet. Nele, há todas as informações, inclusive links para o Seaf, para o Portal da Transparência. Então, tudo isso está cumprido.

Depois, não sei o que aconteceu, mas vamos orientar o Senador para que ele tenha acesso às informações, porque elas já se encontram todas *on line*.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)